



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



ANEXO VI

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** E A EMPRESA _____, **(EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL/EXTRAJUDICIAL)**

Contrato nº ____/2.016.

Por este instrumento de contrato, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, CNPJ nº 46.151.718/0001-80, situada na Praça James Mellor s/nº, neste ato representada por seu Prefeito, o Sr. **PEDRO FELÍCIO ESTRADA BERNABÉ**, brasileiro, casado, RG nº 3.978.179-3, CPF/MF nº 362.332.348-91, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, (em recuperação judicial/extrajudicial) CNPJ/MF nº _____, estabelecida na Rua _____, na cidade de _____, CEP: _____, Estado de _____, representada neste ato por seu _____, o Sr. _____, RG nº _____, CPF nº _____, adiante denominada **CONTRATADA**, tornam justo e acordado na presença das duas testemunhas ao final assinadas, o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, GERENCIAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, EMISSÃO, FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO/ELETRÔNICO E RESPECTIVAS SENHAS, COM A OBRIGATORIEDADE DE CREDITAR NOS RESPECTIVOS CARTÕES OS VALORES CORRESPONDENTES AO PRÊMIO ASSIDUIDADE SOMENTE AOS SERVIDORES ATIVOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI – SP, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 6.181/2016, PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DIVERSOS (GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL, CALÇADOS VESTUÁRIOS, COMBUSTÍVEL, MEDICAMENTOS EM GERAL, CONSULTAS MÉDICAS, TRATAMENTO DENTÁRIOS, ETC.), conforme especificações e quantidade descrita no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº ____/2016 e na proposta comercial apresentada pela Contratada.

1.2 - valor a ser creditado em cada unidade de cartão para cada mês, atualmente pela Administração, é de R\$ 147,00 (cento e quarenta e sete reais) para os servidores Ativos, conforme Lei Municipal nº 6.181/2006;

1.2.1 - As Leis Municipais mencionadas no corpo deste Edital, cujo teor se encontra disponível no sítio virtual < www.birigui.sp.gov.br >, menu "Legislação", e junto ao site da Câmara Municipal de Birigui < www.camarabirigui.sp.gov.br/interno/leismunicipais.php >.

1.2.2 - O valor total a ser administrado no mês será de aproximadamente R\$ xxxxxxxx,00 (xxxxxxxxxxxxxxxx mil reais);

Contrato nº ____/2.016 – entre Prefeitura Municipal de Birigui e _____



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



Cláusula 2ª - DO DESCONTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a entregar o objeto deste contrato com base no desconto ofertado.

2.2 - **Dá-se ao presente contrato o valor total de: R\$ _____ (_____), sendo _____ (_____) o desconto da taxa de administração pelo valor administrado.**

2.3 - No preço acima estão inclusos todos os custos dos insumos, impostos, transporte e demais obrigações da CONTRATADA até a aceitação final por parte da CONTRATANTE.

Cláusula 3ª - DA ENTREGA

3.1 - **O prazo de execução dos serviços será até março de 2017, podendo ser renovado se houver interesse da Administração, respeitado o limite do art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, e não ultrapassando 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço, expedida pela Secretaria de Administração, através do Departamento de Recursos Humanos.**

3.2 - **A licitante vencedora deverá proceder a execução dos serviços, por sua conta e risco, nas condições ofertadas.**

3.3 - **Todas as despesas com a execução do objeto serão por conta da empresa vencedora do certame.**

3.4 - **Não será permitida, na execução, a substituição do objeto, quer em função de outra especificação, etc.**

Cláusula 4ª - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 - Serão rejeitados os serviços prestados com especificações diferentes das constantes neste Edital e anexos, devendo corrigir na forma e prazos definidos no item 4.2 abaixo.

4.2 - Constatadas irregularidades no serviço prestado, a Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-los no todo ou em parte, determinando nova execução nos moldes do edital ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



Cláusula 5ª – DA GESTÃO

5.1 – Em atenção ao art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, ficam definidos como gestores do presente contrato os Senhores: **Maria Toshimi Kanetomi** – Chefe de Seção Pessoal, **José Claudenir Milani** – Diretor do Departamento de Recursos Humanos, lotadas na Secretaria de Administração ou outros que venham substituí-los para fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto contratual.

Cláusula 6ª - DOS DOCUMENTOS DE COBRANÇA

6.1 - A CONTRATADA fornecerá mensalmente, os documentos fiscais e de cobrança, onde deverá inserir nas Notas Fiscais: descrição do objeto, valor administrado, valor do desconto, os dados bancários de sua empresa (nome do banco, número da agência e da conta corrente), bem como o número do empreendimento, de acordo com a Ordem de Serviço (OS), tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

6.2 - Os documentos fiscais emitidos em desacordo com este contrato e a legislação vigente serão devolvidos à CONTRATADA, que se obriga a substituí-los na forma exigida.

6.3 - Fica vedada à Contratada a emissão de duplicatas para representação de quaisquer valores que venham a ser devidos em razão do presente contrato.

Cláusula 7ª - DO PAGAMENTO

7.1 - A Contratante efetuará o pagamento no 29 (vigésimo nono) dia após os créditos efetivados, devendo a Contratada enviar Nota Fiscal Eletrônica, junto com o pedido dos valores a serem disponibilizados para cada cartão, através do sistema disponibilizado pela licitante vencedora.

7.1.1 - Os dados bancários informados nas Notas Fiscais deverão pertencer à mesma Razão Social e número de CNPJ da contratada.

7.2 - Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior.

7.3 - A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados nas modalidades “ordem de pagamento bancária”, devendo a contratada indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente.

7.4 – Os documentos fiscais emitidos em desacordo com a legislação vigente serão devolvidos a proponente vencedora, que obrigará-se a substituí-los na forma exigida.

7.5 - A cada recebimento de valor, a futura contratada deverá fornecer ao Departamento de Contabilidade da Prefeitura, provas de regularidade com a Seguridade Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Justiça do Trabalho.

7.6- No caso de CONTRATADA em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial;



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



7.6.1- No caso de CONTRATADA em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

7.7- A não apresentação das comprovações de que tratam as cláusulas 7.3 e 7.3.1 assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos seguintes.

Cláusula 8ª - DOS RECURSOS

8.1 - Todos os custos deste contrato, para esta aquisição correrão por conta da dotação:

nº 02.01.00 – 04.122.0036.2.099/3.3.90.08.00 - Ficha 41 – Gabinete do Prefeito e Dependências;

nº 02.03.00 – 04.122.0055.2.157/3.3.90.08.00 Ficha 58 – Secretaria de Administração;

nº 02.03.00 – 04.122.0055.2.159/3.3.90.08.00 Ficha 67 – Secretaria de Administração;

nº 02.04.00 – 04.122.0018.2.051/3.3.90.08.00 Ficha 85 – Secretaria de Expediente;

nº 02.05.00 – 04.122.0053.2.151/3.3.90.08.00 Ficha 095 – Secretaria de Finanças;

nº 02.06.00 – 04.122.0014.2.045/3.3.90.08.00 Ficha 137 – Secretaria de Negócio Jurídicos;

nº 02.07.00 – 06.122.0015.2.046/3.3.90.08.00 Ficha 150 – Secretaria de Segurança Pública;

nº 02.08.00 – 06.182.0013.2.044/3.3.90.08.00 Ficha 191 – Corpo de Bombeiros;

nº 02.09.01 – 08.122.0006.2.006/3.3.90.08.00 Ficha 203 – Secretaria Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.09.02 – 08.244.0007.2.078/3.3.90.08.00 Ficha 320 – Secretaria Assistência e Desenvolvimento Social;

nº 02.10.01 – 10.122.0048.2.136/3.3.90.08.00 Ficha 436 – Secretaria de Saúde;

nº 02.10.01 – 10.301.0042.2.106/3.3.90.08.00 Ficha 478 – Secretaria de Saúde;

nº 02.10.01 – 10.302.0043.2.110/3.3.90.08.00 Ficha 527 – Secretaria de Saúde;

nº 02.10.01 – 10.303.0046.2.132/3.3.90.08.00 Ficha 560 – Secretaria de Saúde;

nº 02.10.01 – 10.304.0044.2.119/3.3.90.08.00 Ficha 617 – Secretaria de Saúde;

nº 02.11.01 – 12.306.0049.2.138/3.3.90.08.00 Ficha 667 – Secretaria de Educação;

nº 02.11.01 – 12.361.0049.2.137/3.3.90.08.00 Ficha 697 – Secretaria de Educação;

nº 02.11.01 – 12.361.0049.2.137/3.3.90.08.00 Ficha 698 – Secretaria de Educação;

nº 02.11.01 – 12.365.0049.2.137/3.3.90.08.00 Ficha 835 – Secretaria de Educação;

nº 02.12.00 – 15.452.0037.2.102/3.3.90.08.00 Ficha 995 – Secretaria de Obras;

nº 02.13.00 – 17.452.0035.2.096/3.3.90.08.00 Ficha 1032 – Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto;

nº 02.13.00 – 17.512.0030.2.097/3.3.90.08.00 Ficha 1053 – Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto;

nº 02.14.00 – 04.122.0022.2.058/3.3.90.46.00 Ficha 1100 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação;

nº 02.15.00 – 27.812.0019.2.052/3.3.90.08.00 Ficha 1157 – Secretaria de Esportes e Lazer;

nº 02.16.00 – 18.122.0020.2.053/3.3.90.08.00 Ficha 1169 – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentado;

nº 02.17.00 – 13.392.0029.2.072/3.3.90.08.00 Ficha 1207 – Secretaria de Cultura.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



Cláusula 9ª - DAS PENALIDADES E MULTA

9.1 - O descumprimento de obrigações assumidas em virtude do presente contrato sujeitará a Contratada às sanções e procedimentos previstos na legislação vigente e regulamentados no Decreto Municipal nº 5.385/2.015, cujo teor se encontra disponível no sítio virtual < www.birigui.sp.gov.br >, menu "Legislação", bem como nos Anexos do Edital.

Cláusula 10ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1- A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial nas seguintes hipóteses:-

10.1.1 - não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais;

10.1.2 - lentidão no fornecimento, levando a Administração a comprovar o não fornecimento nos prazos estipulados;

10.1.3 - paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação;

10.1.4 - subcontratação total ou parcial, associação, cessão ou transferência total ou parcial das obrigações da CONTRATADA a terceiros;

10.1.5 - decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;

10.1.6 - ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;

10.1.7 - alteração ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

10.1.8 - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

10.2 - No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

10.3 - No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação ensejará a imediata rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

Cláusula 11ª - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 – Disponibilizar a Contratada arquivo digital com os dados dos servidores para emissão dos cartões, no prazo de até 03 (três) dias após a publicação do contrato;



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



11.2 – Informar mensalmente os valores a serem disponibilizados nos cartões dos respectivos servidores, através do sistema a ser disponibilizados pela Contratada, quando antecedência de 05 (cinco) dias da data prevista para a disponibilização dos créditos conforme item 1.3.

11.3 – A Contratante deverá comunicar a Contratada qualquer alterações no pedido, no prazo máximo de até 02 dias antes da data prevista da disponibilização do valor do benefício.

11.4 - A Contratante deverá indicar o preposto/responsável pelo recebimento dos cartões e respectivas senha, e ficando responsável em devolver a Contratada o comprovante de recebimento dos cartões, devidamente assinado.

11.5 – A Contratante, através do Departamento de Recursos Humanos, deverá separar e encaminhar a cada Secretaria que integra a parte Administrativa da Prefeitura, os cartões dos servidores lotados naquelas unidades;

11.6 – A Contratante deverá emitir a Ordem de Serviços, quando o contrato estiver assinado, a caução efetivada pela Contratada e entrega da relação das empresas credenciadas.

Cláusula 12ª – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Fornecer aproximadamente 3.245 (três mil, duzentos e quarenta e cinco) cartões magnéticos/eletrônicos aos servidores ativos, inativos e pensionistas da Prefeitura Municipal de Birigui - SP, em até 10 (dez) dias após a publicação do contrato e sem ônus, devendo entrega-los no Departamento de Recursos Humanos, localizada na Praça James Mellor, s/nº - Centro, Birigui/SP;

12.2 Fornecer sempre que necessário a quantidade de cartões solicitados a ser(em) entregue(s) ao(s) novo(s) servidor(es) nomeado(s)/contratado(s), durante a vigência contratual, e no prazo de até 10(dez) dias após cada solicitação e sem ônus.

12.3 Creditar todo dia 20 de cada mês, o valor determinado e na proporcionalidade definida pela Prefeitura, sendo que atualmente o valor é de R\$ 147,00 (cento e quarenta e sete reais) por mês a serem utilizados como forma de pagamento na aquisição de produtos em estabelecimentos comerciais diversos (gêneros alimentícios em geral, calçados, vestuários, combustível, medicamentos em geral, consultas médicas, tratamento dentários, etc., e demais redes de estabelecimentos credenciados.

12.4 A contratada poderá cobrar pela emissão de 2ª via do cartão magnético, e, quando o servidor solicitar, deverá entregar o novo cartão dentro do prazo de 10 (dez) dias e gerar o respectivo boleto para o servidor efetivar o pagamento do novo cartão. No ato da assinatura do contrato, a empresa ganhadora, deverá informar o valor a ser cobrado pela emissão do cartão.

12.5 - A primeira remessa dos cartões deve ser entregue bloqueada e o desbloqueio dos cartões deverá ser feito através de central de atendimento eletrônico, pelo usuário e/ou via internet;

12.6- Deverá disponibilizar sistema eletrônico (software) para processamento que permita o gerenciamento, comunicação e impressão entre as instalações da CONTRATADA e da PREFEITURA, em condições de possibilitar o faturamento e controle das solicitações dos cartões magnéticos e demais pedidos;



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



12.7 - A contratada deverá disponibilizar aos usuários dos cartões magnéticos meios para verificação de saldos e extratos, consulta de rede filiada, comunicação de perda, roubo, extravio ou dano, solicitação de segunda via de cartão e emissão de boleto para pagamento a 2ª via/cartão, através de acesso 24(vinte e quatro) horas por Central Telefônica e via internet (site);

12.8 - Entrega e disponibilização de cartões, que deverão ser envelopados individual e nominalmente, constando, em seu corpo:

- a) nome da contratante;
- b) nome do usuário;
- e) validade impressa no cartão (conforme legislação atual do programa de alimentação do trabalhador).

12.9 - A contratada deverá disponibilizar, em sistema eletrônico ou on-line relatórios gerenciais com as seguintes informações mínimas:

- a) nome do usuário, número do cartão, data e valor do crédito concedido;
- b) local, data e valor da utilização dos créditos pelos usuários na rede de estabelecimentos afiliados;
- c) quantidade de cartões reemitidos por usuário.

12.10 - Deverão ser disponibilizados para os usuários dos cartões os seguintes serviços:

- a) após cada transação, o saldo disponível deverá ser impresso no comprovante de venda, para que o funcionário tenha controle dos valores gastos e do saldo disponível;
- b) serviços via web para consulta de saldo do cartão, informação sobre novos créditos – data e valor; extrato constando a identificação do estabelecimento, valor e data da utilização; consulta de rede afiliada;
- c) central de atendimento telefônico, e serviço via internet para atendimento aos usuários, com horário de funcionamento 24 horas por dia, em todos os dias da semana, com serviços de consulta de saldo e bloqueio e desbloqueio de cartão, cancelamento de cartão, consulta de local para compras, e indicação de credenciamento de estabelecimento comercial;

12.11 - A Contratada, em hipótese alguma, poderá bloquear o cartão e nem confiscar os valores creditados nos cartões dos servidores ativos, inativos e pensionistas, sob pena de multa no valor correspondente a 10% do valor contratual, além das penalidades prevista em Lei, exceto a pedido da Contratante ou do servidor quando pedido versar sobre bloqueio de cartão;

12.12 – A Contratada deverá honrar seus compromissos com a Contratante, mesmo na hipótese prevista no art. 78, inciso XV da Lei Federal nº 8.666/93.

12.13 - Manter, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de Habilitação e qualificação exigidas na licitação, providenciando a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Prefeitura de Birigui;



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



12.13.1 - Arcar com eventuais prejuízos causados à Prefeitura de Birigui e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução dos serviços;

12.13.2 - A contratada deverá reembolsar, pontualmente, os estabelecimentos comerciais pelo valor dos créditos utilizados durante o período de sua validade, independentemente da vigência do contrato, ficando estabelecido que a contratante não responderá solidária ou subsidiariamente por esse reembolso, que é da única e inteira responsabilidade da contratada;

12.15 - Após o término do contrato, os créditos remanescentes deverão ter validade de 90 (noventa) dias para que os usuários possam utilizá-los;

Cláusula 13ª - DIVERSOS

13.1 - Correrá por conta da Contratada todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme dispositivo do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2 - A Taxa de Administração será aplicada também a eventuais reajustes concedidos aos benefícios administrados;

13.3 - A CONTRATADA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pelos gestores e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicá-lhes tal fato, imediatamente, por escrito.

13.4 - A CONTRATADA é obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.5 - DA CAUÇÃO:

1.5.1. Para garantia da execução do contrato, a Prefeitura exigirá, antes da assinatura dele, que a licitante declarada vencedora caucione em favor da Prefeitura a importância correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e pelo prazo de vigência do contrato; nos termos do art. 56 § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pelas Leis Federais nºs 8.883/94, 9.648/98 e 9.854/99, ou seja, a Caucionante poderá optar por uma das seguintes modalidades:

13.5.1.1- em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo este ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

13.5.1.2. por seguro garantia;

13.5.1.3. por fiança bancária.

13.5.2. A garantia prestada pela contratada será liberada e restituída após a expiração da vigência do contrato; e, quando em dinheiro será devolvida atualizada monetariamente.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



13.5.3. Para solicitar a devolução da caução, a contratada deverá protocolar na Seção de Protocolo, na Rua Oswaldo Cruz, 146, Centro, requerimento com a apresentação da 1ª via do recibo.

13.5.4 O seguro-garantia deverá conter nas condições especiais a seguinte ressalva: “Para todos os efeitos desta cláusula, não se observa o disposto no item 9.2 das condições gerais (Circular Susep No. 232 de 03 de junho de 2003), tendo em vista o que estabelece o inciso III do art. 80 da Lei No. 8.666/93”.

13.5.5 A fiança bancária deverá conter:

13.5.5.1 Prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato;

13.5.5.2 Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento que for devido, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

13.5.5.3 Não poderá constar ressalva quanto à cobertura de multa administrativa, em consonância com o inciso III do artigo 80 da Lei 8666/93.

Cláusula 14ª - DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

14.1 - O prazo de execução dos serviços descritos na Cláusula 3ª deste contrato será até março de 2017, a partir do recebimento da Ordem de Serviço, expedida pela Secretaria de Administração, podendo ser renovado, se houver interesse da Administração, respeitado o limite do art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2 - A vigência deste contrato terá início a partir da data da publicação resumida na imprensa oficial, conforme o art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93. Precedente: acórdão nº 400/2010 - Plenário do TCU.

Cláusula 15ª - DO AMPARO LEGAL

15.1 - O presente Contrato é regido pelas disposições contidas na Lei Federal nº 10520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.186, de 14 de junho de 2007 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, atualizada, e demais normas regulamentares aplicáveis a espécie, bem como, as disposições contidas no Procedimento Licitatório instaurado na modalidade de *PREGÃO PRESENCIAL*, registrado sob nº __/2.016, seus Anexos e Proposta Comercial ofertada, tudo fazendo parte integrante do presente instrumento contratual, como se no mesmo transcritos fossem.

Cláusula 16ª - DO FORO



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



16.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Birigui, para solução de qualquer pendência que surgir na execução deste contrato ou na sua inadimplência, com exclusão de outro, por mais privilegiado que seja.

16.2 - E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo mencionadas, para que surta os efeitos legais e de direito.

16.3 - Prefeitura de Birigui, aos ____ de _____ de dois mil e dezesseis.

PEDRO FELÍCIO ESTRADA BERNABÉ
Prefeito Municipal

Contratada

MARCELO MARQUES DA SILVA
Secretário de Administração Substituto

= T E S T E M U N H A S =

RG: _____

RG: _____